

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

OBJETO: Permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, a ser instalado no Estado de Goiás, no Município de Anápolis.

O Presidente da Comissão de Licitação (CEL) da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal, no exercício das atribuições que lhe foram outorgadas pela **Portaria SRRF01 nº 241, de 17 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 19 de julho de 2017**, torna público que promoverá licitação, sob a modalidade de concorrência, com a finalidade de selecionar empresa para exercer as atribuições de permissionária dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, no curso de cujo procedimento receberá, **no dia 02 de abril de 2018, das 9h às 11h, na Avenida Presidente Wilson nº 710, Jundiá Industrial, Anápolis-GO, CEP: 75.115-100, Auditório da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis/GO, os envelopes contendo a documentação necessária à classificação e habilitação das empresas interessadas em dela participar, tudo processado nos termos e nas condições previstas neste edital e seus anexos**, e em conformidade com o disposto na **Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997**, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, no **Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998**, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização, **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, na **Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995**, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, e subsidiariamente pela **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, no **Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966**, que dispõe sobre o imposto de importação e reorganiza os serviços aduaneiros, na **Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003**, que dá outras providências relativas à legislação aduaneira, no **capítulo IV da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010**, que dispõe sobre locais e recintos alfandegados, no **Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009**, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações do comércio exterior, no **Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996**, que dispõe sobre a concessão e a permissão de serviços desenvolvidos em terminais alfandegados de uso público, no **Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998**, que dispõe sobre a transferência de concessão ou permissão ou do controle societário da concessionária ou da permissionária prestadora de serviços em terminais alfandegados de uso público, na **Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.208, de 4 de novembro de 2011**, que estabelece termos e condições para instalação e funcionamento de portos secos, na **Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 109, de 8 de dezembro de 2000**, que estabelece termos e condições para a transferência de concessão ou permissão ou do controle societário da concessionária ou da permissionária prestadora de serviços em terminais alfandegados de uso público, na **Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011**, que estabelece requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos, e, ainda, na **Instrução Normativa TCU nº 27, de 2 de dezembro de 1998**, que dispõe sobre a fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dos processos de desestatização, observada também, se for o caso, a legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida.

1. DO OBJETO

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

1.1 A presente licitação tem por objeto deferir a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias, pelo prazo de vinte e cinco anos, em Porto Seco, para carga geral, a granel e frigorificada, consoante o Item 5, do Anexo IX, a ser instalado no Município de Anápolis/GO, doravante denominado Porto Seco para os fins deste edital.

1.2 O Porto Seco poderá receber, sob controle aduaneiro, mercadorias importadas e as destinadas à exportação, devendo nele ser executados serviços de processamento de despacho aduaneiro.

1.3 No Porto Seco poderão ser realizadas operações com mercadorias submetidas aos seguintes regimes aduaneiros:

I - comum;

II- suspensivos:

a) entreposto aduaneiro na importação e exportação;

b) admissão temporária;

c) trânsito aduaneiro;

d) drawback;

e) exportação temporária, inclusive para aperfeiçoamento passivo;

f) depósito alfandegado certificado e depósito especial;

g) entreposto aduaneiro em Porto Seco Industrial – para as mercadorias submetidas as operações de: exposição; demonstração e teste de funcionamento; industrialização; e manutenção e reparo, nos termos da IN SRF nº 241, de 6 de novembro de 2002.

1.4 Só poderão ser armazenadas no Porto Seco mercadorias que estiverem sob controle aduaneiro, e a ele destinadas, devendo a permissionária armazená-las de modo que seja mantida separação física entre as mercadorias importadas, a exportar, as nacionais ou nacionalizadas, e aquelas que tiverem sido abandonadas, apreendidas ou retidas pela RFB no curso do despacho aduaneiro no mesmo recinto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas de direito privado que tenham como objeto social, cumulativamente ou não, a armazenagem, a guarda ou o transporte de mercadorias, optantes ou não pelo cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, e que atendam a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

2.2 Não poderão participar da presente licitação os consórcios de empresas e as empresas interessadas que: se encontrem em processo de falência, concordata ou recuperação judicial, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação; estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, ou estejam impedidas de participar do certame com base em qualquer outra hipótese legal vigente.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

2.3 Não poderão participar da presente concorrência empresas que tenham algum servidor ou dirigente da RFB entre os dirigentes, diretores, sócios, responsáveis ou empregados.

2.3.1. Caso constatada a situação referida no subitem anterior, a empresa licitante será desqualificada ou terá o contrato rescindido, hipótese em que se aplicará as sanções do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993 e se fará a representação para a aplicação das penas previstas no art. 90 da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

3. DA CLASSIFICAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

3.1 Nos termos do que dispõe o art. 18-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de classificação (proposta) e de habilitação.

3.1.1 Os conjuntos de documentos de classificação (proposta) e de habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número e o objeto da licitação ("Concorrência RFB/SRRF01 Nº 01/2017 - Permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Anápolis) e, respectivamente, os títulos dos conteúdos "Proposta" e "Documentos de Habilitação".

3.1.2 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por cópia com autenticação procedida por servidor da SRRF01, à vista do original, no caso de documentos de habilitação, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

3.1.2.1 A autenticação dos documentos, quando feita por servidor da SRRF01, será efetuada no endereço discriminado no item 19.8, no horário das 09h às 11h e das 14h às 16h, até o dia útil imediatamente anterior à data fixada para o recebimento dos envelopes.

3.1.3 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos ou semelhantes, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração da proposta, exceto aqueles exigidos no item 3.3.1, V deste edital, cujas plantas em meio magnético serão apresentadas em formato compatível PDF.

3.1.4 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, devendo protocolizar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de proposta, no endereço discriminado no item 19.8, deste edital, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.

3.1.5 Precluirá o direito de impugnar os termos deste edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades que o viciariam, até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de proposta, vedada a discussão de tal matéria em sede recursal.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

3.1.6 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

3.2 DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 1)

3.2.1 O envelope "Proposta" deverá conter a proposta da licitante, que será apresentada em uma via, em idioma nacional, em papel timbrado da licitante ou identificada com o seu carimbo do CNPJ, sem ressalvas, emendas ou rasuras, devendo suas folhas serem rubricadas e a última assinada por sócio, diretor ou gerente com poderes de representação de acordo com o estatuto, contrato social, ou ata, conforme o caso; ou por representante com procuração pública; ou ainda por representante com procuração particular com firmas reconhecidas em cartório.

3.2.2 Da proposta deverá constar:

I – prazo máximo para o início de funcionamento do Porto Seco, contado a partir da data da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial da União, a que se refere o item 6.4, não podendo tal prazo exceder o limite de 18 (dezoito) meses;

II – tarifas (em algarismos e por extenso), que compreendam todos os custos, inclusive seguros, a remuneração da permissionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido), bem como aqueles necessários ao exercício da fiscalização aduaneira, nos termos e limites determinados pela autoridade competente, a serem cobradas dos usuários pela armazenagem das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, especificando:

a) tarifas para armazenagem de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem, sendo:

1 – uma tarifa expressa em percentual sobre o valor CIF da mercadoria, por um período de dez dias ou fração (T_{AI1});

2 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração, por um período de dez dias ou fração (T_{AI2});

3 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro quadrado (m^2) ou fração, por um período de dez dias ou fração (T_{AI3});

b) tarifas para armazenagem de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC, sendo:

1 – uma tarifa expressa em percentual sobre o valor FOB da mercadoria, por um período de trinta dias ou fração (T_{AE1});

2 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração, por um período de trinta dias ou fração (T_{AE2});

3 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro quadrado (m^2) ou fração, por um período de trinta dias ou fração (T_{AE3});

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

III – tarifas (em algarismos e por extenso), que incluam todos os custos, inclusive seguros, a remuneração da permissionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido), bem como aqueles necessários ao exercício da fiscalização aduaneira, nos termos e limites determinados pela autoridade competente, a serem cobradas dos usuários pela movimentação das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, entendendo-se como o preço do conjunto de movimentações efetuadas com as mercadorias admitidas no Porto Seco desde a entrada até a sua saída, especificando:

a) tarifas para movimentação de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem, sendo:

1 – tarifas para mercadoria paletizada:

1.1 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m³) ou fração (T_{MI1});

1.2 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{MI2});

2 – tarifas para mercadoria não paletizada:

2.1 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m³) ou fração (T_{MI3});

2.2 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{MI4});

3 – tarifas para mercadoria containerizada:

3.1 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m³) ou fração (T_{MI5});

3.2 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{MI6});

b) tarifas para movimentação de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado - DAC, sendo:

1 – tarifas para mercadoria paletizada:

1.1 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m³) ou fração (T_{ME1});

1.2 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{ME2});

2 – tarifas para mercadoria não paletizada:

2.1 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m³) ou fração (T_{ME3});

2.2 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{ME4});

3 – tarifas para mercadoria containerizada:

3.1 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m³) ou fração (T_{ME5});

3.2 – uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{ME6});

IV – demonstrativos em forma de planilhas conforme modelo constante do Anexo V deste edital, com valores expressos em reais (R\$)/ano, da composição de cada uma das tarifas propostas constantes dos incisos II e III deste item, a serem cobradas dos usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e destinadas à exportação, discriminando todos os componentes considerados na formação das tarifas, no tocante aos custos e receitas relativos a esses componentes.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

a) Não serão aceitas tarifas com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou que não comprovem a exequibilidade da proposta, relativamente a cada uma das tarifas apresentadas, ou com preços excessivos, sob pena de desclassificação da licitante, conforme o estabelecido no item 5.2.2 deste edital.

b) Considera-se proposta financeiramente incompatível com o objetivo da licitação aquela que apresentar em seu estudo de viabilidade econômica, referido no inciso V abaixo, Valor Presente Líquido – VPL negativo, ou Taxa Interna de Retorno – TIR do empreendimento inferior à Taxa de Atratividade utilizada no estudo.

V – demonstrativo da viabilidade econômica do empreendimento, em forma de planilhas, conforme modelo constante do Anexo VI deste edital, mediante a aplicação das tarifas propostas dos incisos II e III deste item, de acordo com o disposto no inciso IV deste item, e considerando, ainda, as receitas acessórias, se for o caso, conforme o inciso VI deste item.

VI – demonstrativo, conforme item 13 do anexo VI deste edital, que indique que as tarifas propostas constantes dos incisos II e III deste item levaram em consideração para a sua definição as receitas acessórias oriundas da prestação dos serviços conexos de que trata o item 7.2 deste edital, conforme tabela de preços e estimativa de receita anual constante do inciso VII deste item, apresentada no caso da licitante optar pela cobrança da prestação de tais serviços, assim como pelas receitas acessórias decorrentes das atividades de Porto Seco Industrial, se for o caso.

VII – demonstrativo constante do Anexo VII deste edital correspondente à tabela de preços dos serviços conexos e complementares de que trata o item 7.2 deste edital, com a indicação da estimativa anual das receitas acessórias, apresentado no caso de a licitante optar pela cobrança da prestação de tais serviços.

VIII – é vedada a cobrança pela prestação dos serviços elencados no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011, sempre que sua utilização decorrer da necessidade do exercício da fiscalização aduaneira, em consonância com o art. 4º, caput e Parágrafo único, daquela norma regulamentar.

3.2.3 Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso serão considerados estes últimos.

3.2.4 Os valores propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.3 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2) E CADASTRAMENTO

3.3.1 O envelope “Documentos de Habilitação” deverá conter os seguintes documentos relacionados com a qualificação técnica, em idioma nacional, em uma única via, sem rasuras, emendas ou ressalvas, devendo suas folhas ser rubricadas e numeradas e, também, para o caso daqueles de emissão da licitante, formalizados em papel timbrado do mesmo ou identificado com o seu carimbo do CNPJ, sendo a última folha assinada por quem de direito:

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

I – declaração da licitante atestando que a mesma reúne condições de apresentar laudos e licenças de qualquer espécie, inclusive a ambiental, caso vencedora do certame, antes do prazo informado no inciso I, do item 3.2.2 desse Edital;

II – declaração da licitante se comprometendo a disponibilizar o imóvel oferecido para o uso de que trata este edital, qualquer que seja o seu proprietário, se for a vencedora da concorrência, a partir da data da assinatura do contrato de permissão de que trata o item 6 até o seu término;

III – documento expedido pela Prefeitura Municipal com jurisdição sobre o imóvel oferecido, no qual conste anuência expressa quanto à sua utilização para a exploração dos serviços objeto desta concorrência. O imóvel deverá estar localizado, obrigatoriamente, no Município de Anápolis/GO;

IV – declaração da licitante comprometendo-se a usar o imóvel ofertado exclusivamente para as atividades do Porto Seco;

V – projeto ou anteprojeto do Porto Seco constituído de:

a) desenhos (no mínimo: planta de situação, incluindo as vias de acesso; planta de locação, indicando: arruamento, portarias, pátios, armazéns, guaritas, muros, cercas, portões, balanças, escâneres, equipamentos para movimentação de mercadorias, áreas de verificação de mercadorias, instalações da RFB, dos demais órgãos e agências da administração pública e da administração do Porto Seco; e plantas baixas e de cortes de todas as edificações) que indiquem que o Porto Seco estará localizado em um único terreno ou, não o sendo, em áreas de terrenos contínuos, não havendo separações físicas entre estes, bem como indiquem que, na data do início de funcionamento do Porto Seco, suas instalações disporão, no mínimo, de:

1 – área fechada e coberta de armazenagem, com, no mínimo 8.531 (oito mil, quinhentos e trinta e um) metros quadrados (armazém em paredes rígidas, piso pavimentado e nivelado, esquadrias e cobertura que proporcionem condições de segurança, pé direito livre de, no mínimo, 8 (oito) metros), com plataformas cobertas para carga e descarga nivelada com a altura dos veículos transportadores, com a indicação, na planta baixa, do *lay-out* de armazenagem de mercadorias a ser adotado pela permissionária, de modo que seja mantida separação física entre as mercadorias importadas, a exportar, as nacionais ou nacionalizadas e aquelas que tiverem sido apreendidas ou retidas pela RFB, no curso do despacho aduaneiro, no mesmo recinto;

2 – área coberta para verificação física de mercadorias pela fiscalização aduaneira, com no mínimo 396 (trezentos e noventa e seis) metros quadrados, dotada de piso plano, com plataformas niveladas com a altura dos veículos transportadores, que permitam o deslocamento de empilhadeiras ou equipamentos de movimentação de carga, e de iluminação artificial;

3 – área descoberta, pavimentada para tráfego pesado, com, no mínimo 47.665 (quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco) metros quadrados, compreendendo os pátios de armazenagem, de manobra rodoviária, de estacionamento de veículos, reboques, semi-reboques e equipamentos de movimentação;

4 – rede de equipamentos do sistema de monitoramento e vigilância, com as respectivas áreas de cobertura;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

5 – área própria para conferência de mercadoria refrigerada, com no mínimo 70 (setenta) metros quadrados, dotado de todas as condições e características necessárias à conservação da carga, com piso plano, plataformas niveladas com a altura dos veículos transportadores, que permitam o deslocamento de empilhadeiras ou equipamentos de movimentação de carga, iluminação artificial, e equipamentos de proteção individual para permanência nesse ambiente pelo período necessário à vistoria pelos órgãos;

6 – fluxos de movimentação de veículos e cargas;

7 – instalações completas, climatizadas e exclusivas para a RFB, com isolamento interno em relação aos escritórios da administração do local ou recinto e de outros órgãos e agências da administração pública, por meio de paredes ou divisórias, e portas, com área mínima de 185 (cento e oitenta e cinco) metros quadrados, considerando áreas próprias para:

- a) expediente
- b) servidores (estações de trabalho) e equipamentos da rede exclusiva da RFB;
- c) arquivo de documentos;
- d) almoxarifado;
- e) sala para central de monitoramento eletrônico
- f) copa e cozinha; e
- g) sanitários masculino e feminino de uso exclusivo da RFB.

7.1 – As instalações devem ser mobiliadas e conter material permanente, entre outros:

- a) mesas, cadeiras, poltronas, estantes e gaveteiros;
- b) aparelhos para telefonia, fax e copiadora de documentos;
- c) computadores, impressoras, leitores ópticos de códigos de barra e outros equipamentos de informática (conforme especificação da RFB); e
- d) fogão, forno de microondas, purificador de água, cafeteira e geladeira.

8 – 7 (sete) vagas privativas para os veículos dos servidores da RFB que atuarem no Porto Seco;

9 – instalações completas, climatizadas e exclusivas para outros órgãos com área mínima de 100 (cem) metros quadrados por órgão (ANVISA, MAPA, SEFAZ/GO);

10 – rede de equipamentos do sistema de monitoramento e vigilância, com as respectivas áreas de cobertura;

11 – fluxo de movimentação de veículos e de cargas;

12 – local segregado para guarda e conservação temporária de amostras;

13 – área segregada para a instalação de aparelhos para a inspeção não-invasiva de mercadorias e contêineres, de acordo com o volume e a natureza da carga movimentada no recinto;

14 – malha de acesso rodoviário, externa ao Porto Seco, pavimentada para tráfego pesado, desde a via pública pavimentada até a entrada do Porto Seco;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

15 – fechamento de toda a área do Porto Seco com muros de alvenaria, alambrados, cercas ou pela combinação desses meios, e portões, com altura mínima de 2,5 m (dois vírgula cinco metros), que ofereçam condições de segurança;

16 – nos termos da Lei nº 8.987/95, art. 18, inciso VII e art. 23, inciso V, objetivando o aumento de competitividade, a área máxima operacional de exploração do empreendimento fica limitada a 175.557 (cento e setenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e sete) metros quadrados;

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (m²)		
	Inicial	6º ano	11º ano
ÁREA TOTAL DO ARMAZEM	8.531	9.129	10.292
Área coberta para conferência de mercadoria	396	476	585
Área própria para conferência de mercadoria refrigerada (m²)	70	70	70
ÁREA DE PÁTIO	47.665	51.321	57.914
Área exclusiva RFB	185	185	185
Área outros órgãos (ANVISA, MAPA e SEFAZ/GO)	300	300	300
Área administrativa da permissionária	1.372	1.499	1.710
ÁREA TOTAL ÚTIL PARA CONSTRUÇÃO DO PORTO SECO	58.519	62.980	71.056

Obs.: A área inicial destacada constará no edital como REQUISITO MÍNIMO.

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Armário de Aço	3
Mesa (Estação de Trabalho)	5
Mesa de Reunião	1
Cadeiras	10
Poltronas	3
Estantes	2
Gaveteiro	5
Fogão	1
Forno de Micro-ondas	1
Cafeteira	1
Geladeira	1
BTUs instalado (condicionador de ar) x 1.000	185
Aparelho Telefônico	5
Aparelho Telefônico (com fax)	1
Fotocopiadora	1

b) memorial descritivo dos serviços e obras a serem executados, que permitam ao Porto Seco condições técnicas, de conforto, higiene e segurança, na data do início de seu funcionamento;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

c) memorial descritivo em que constem as medidas a serem adotadas, na data de início de funcionamento do Porto Seco, para segurança e medicina do trabalho, vigilância, prevenção e combate a incêndio, segurança física de pessoas, cargas e veículos, manutenção e conservação das instalações;

VI – documento em que discrimine as facilidades e os equipamentos disponíveis, na data do início de funcionamento do Porto Seco, sendo de acordo com as tabelas abaixo e subitens seguintes, no mínimo de:

DISCRIMINAÇÃO	CAPACIDADE MÍNIMA	QUANTIDADES		
		Inicial	10º Ano	15º Ano
Equipamento de inspeção não invasiva	Contêiner 20' – 40'	1	1	1
Balança rodoviária integrada aos sistemas informatizados de controle	80 ton, com divisão de 10 quilos	1	1	1
Equip. p/Movimentação de Containeres - reach stacker	Contêiner 20' – 40'; empilhamento de 5 contêineres; 45 ton de carga	1	1	1
Empilhadeira	7 ton	1	1	1
Empilhadeira	2,5 ton	1	1	1
Empilhadeira elétrica	1,5 ton	1	1	1
Paleteiras hidráulicas	2,5 ton	1	1	1
Tomada Trifásica para Reefer		37	43	50
Balança para pesagem de volumes paletizados	2,5 ton	2	2	2
Balanças eletrônicas de precisão para pequenas quantidades	50 kg	2	2	2
Grupo-Gerador	500 kVA	1	1	1
Transformador	15 kv / 500 kVA	1	1	1
Cancela com acionamento eletrônico	Cfme. Disposições da Portaria RFB 3.518/2011.	1	1	2

Obs: Descrição sumária dos equipamentos. No ato de alfandegamento, os equipamentos deverão atender às especificações previstas em ato normativo da RFB.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

DISCRIMINAÇÃO	QUANT.
Microcomputador interligado na rede local, na rede da RFB e no SISCOMEX, de acordo com os padrões técnicos vigentes da RFB.	5
Impressora laser interligada aos microcomputadores de acordo com os padrões técnicos vigentes da RFB.	2
Leitor óptico de códigos de barras	2
Scanner de mesa	2
Rede local de computadores exclusiva para RFB de acordo com os padrões técnicos vigentes incluindo cabeamento estruturado, pontos de rede (conjunto composto por ponto lógico e tomadas de conexão elétrica) suficientes para suprir os equipamentos solicitados, microcomputador para servidor de rede, equipamentos de rede (Hubs e switches, roteadores) e equipamentos de infra-estrutura elétrica ("no break" e estabilizador)	1

DISCRIMINAÇÃO	QUANT.
Sistema informatizado monitoramento e de vigilância eletrônica	1
Sistema informatizado de controle de acesso de pessoas e veículos, movimentação de cargas e estocagem de mercadorias.	1
Sistema de prevenção contra incêndio	1
Sistema e equipamentos de Segurança e Medicina do Trabalho	1

a) 6 (seis) linhas telefônicas instaladas, com aparelhos telefônicos disponíveis em todas as salas das unidades armazenadoras, inclusive na área de depósito de mercadorias importadas e a exportar e nas dependências reservadas exclusivamente à RFB, para uso exclusivo da RFB;

b) as balanças deverão incorporar tecnologia digital e estar integradas aos sistemas informatizados de controle, de forma que os registros sejam automáticos, prescindindo da digitação dos dados decorrentes de tais pesagens ou medições, com possibilidade de transmissão ou consulta à distância por parte da autoridade aduaneira jurisdicionante do Porto Seco.

c) 50 (cinquenta) tomadas trifásicas distribuídas nas tensões de 380 V (trezentos e oitenta volts) e 440 V (quatrocentos e quarenta volts) para alimentação de caminhões e de contêineres frigoríficos;

d) O Gerador de 500kVA (quinhentos quilovolts-ampères) deve servir para acionamento automático em caso de queda de energia elétrica, com capacidade de sustentar o fornecimento ininterrupto de energia elétrica ao Porto Seco, inclusive para a infraestrutura de informática.

VII - descrição simplificada e apresentação da documentação técnica do sistema informatizado de controle operacional, a ser adotado no Porto Seco, na data da vistoria de que trata o item 7.6 deste edital, para:

a) tráfego de veículos rodoviários, e, se houver, ferroviários e hidroviários, e de armazenamento de mercadorias, que considere no mínimo a sua entrada, movimentação, permanência e saída, conforme

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

especificação constante do Ato Declaratório Executivo COANA/COTEC nº 02, de 26 de setembro de 2003, e suas alterações, disponível no sítio da Receita Federal na internet: www.receita.fazenda.gov.br;

b) acesso, permanência e saída de pessoas, conforme especificação constante do Ato Declaratório Executivo COANA/COTEC nº 02, de 2003, alterado pelos ADEs Coana/Cotec nº 3, de 2004, nº 1 de 2005, nº 1, de 2007, e suas alterações, disponível no sítio da Receita Federal na internet: www.receita.fazenda.gov.br;

c) O sistema deverá funcionar ininterruptamente, com acesso para a RFB via Internet, em tempo real, realizado por conexão direta através de cabo UTP, fibra óptica ou qualquer outro, a critério do chefe da unidade da RFB jurisdicionante, que garanta a qualidade e velocidade da transmissão;

VIII - descrição simplificada e apresentação da documentação técnica do sistema de segurança eletrônica de suas dependências, de acordo com as características mínimas constantes no anexo IV deste edital.

IX - documento em que discrimine o pessoal técnico (gerente e fiel) que atuará no Porto Seco, acompanhado dos respectivos currículos, sendo obrigatória a anexação dos comprovantes que atestem experiência, nos respectivos cargos para os quais estão sendo propostos, exercidos em locais de armazenagem, guarda ou transporte de mercadorias; caso haja necessidade de suas substituições, estas deverão ser previamente comunicadas ao titular da unidade da RFB jurisdicionante do Porto Seco, devendo os substitutos possuírem, também, comprovada experiência profissional.

3.3.2 A comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e da qualificação econômico-financeira da licitante que optar por não utilizar o SICAF para fins de verificação de seu cadastramento e habilitação, deverá ser feita mediante a apresentação, dentro do Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação), dos seguintes documentos:

I - Habilitação jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva; e

b) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II - Regularidade fiscal:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

c) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, e suas retificações e alterações, que será efetuada mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, assim como quanto aos créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em Dívida Ativa da União.

d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante ou outra equivalente, na forma da lei;

e) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação conferida pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011 (a regularidade trabalhista deverá ser comprovada pelos licitantes que utilizarem ou não o SICAF).

g) prova da inexistência de registros impeditivos de contratação, mediante consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União, no sítio www.portaltransparencia.gov.br/ceis, e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça, no sítio www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php (Acórdão TCU Plenário nº 1.793/2011).

III - Qualificação econômico-financeira:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

b) comprovação da boa situação financeira da empresa, por intermédio de documento que demonstre o cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), a serem extraídos das demonstrações contábeis citadas no inciso anterior, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
Processo: 10166.724479/2017-91

ATIVO TOTAL

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias, quando não houver prazo de validade expresse no documento.

3.3.2.1 Fica esclarecido que a comprovação da condição de inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), exigência prevista no inciso I, do artigo 29, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser feita pela Comissão de Licitação, mediante consulta à página da RFB na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

3.3.2.1.1 Procedida a consulta na própria reunião, os comprovantes da condição de regularidade serão impressos e juntados à documentação de habilitação da licitante.

3.3.2.2 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

3.3.2.2.1 As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

3.3.2.2.2 Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.

3.3.2.2.3 Se necessária à atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

3.3.2.3 Nos termos do art. 3º do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, com nova redação dada pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002, a comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista e da qualificação econômico-financeira mencionada neste item 3.3.2 poderá ser feita por meio de cadastramento e habilitação no SICAF, na forma prevista na Instrução Normativa SLTI nº 2, de 11 de outubro de 2010.

3.3.2.3.1 O cadastramento e a habilitação no SICAF poderão ser realizados pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, localizadas nas Unidades da Federação.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

3.3.2.3.2 No caso de a licitante optar em utilizar o SICAF para comprovar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista e a qualificação econômico-financeiro, na forma e condições estabelecidas neste edital, fica esclarecido que será assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar, dentro do envelope “Documentos de Habilitação”, os documentos mencionados no item 3.3.2 deste edital para substituir aqueles eventualmente vencidos ou desatualizados, constantes da declaração impressa do SICAF.

3.3.2.3.3 No caso da licitante optar pela utilização do SICAF, o interessado deverá providenciar o seu cadastramento e sua habilitação no SICAF, apresentando a documentação discriminada na Instrução Normativa SLTI nº 2, de 11 de outubro de 2010, no mínimo, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento dos documentos de habilitação e classificação, observado o estabelecido no item 18.4 deste edital.

3.3.2.3.4 Fica esclarecido que a ausência, no envelope “Documentos de Habilitação”, dos documentos mencionados nos incisos I, II e III do item 3.3.2, indicará que a licitante optou por utilizar o cadastro no SICAF para comprovação de sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira.

3.3.2.4 A licitante, optante ou não pelo cadastramento no SICAF, que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um) nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), deverá fazer constar do envelope “Documentos de Habilitação” comprovante de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor do investimento inicial apresentado no anexo VI.

3.3.3 Todas as licitantes deverão apresentar, no envelope "Documentos de Habilitação", declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do Anexo III deste edital.

3.3.4 Todas as licitantes deverão apresentar, no envelope "Documentos de Habilitação", declaração, sob as penalidades cabíveis, de que, em cumprimento ao estabelecido no inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do Anexo III deste edital.

3.3.5 Todas as licitantes deverão apresentar, no envelope "Documentos de Habilitação", declaração de elaboração independente de proposta, conforme Anexo VIII deste edital, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SLTI nº 2, de 16 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2009.

4. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

4.1 No dia, hora e local designados neste edital, na presença das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Comissão receberá, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, a documentação exigida para a proposta e a habilitação, e registrará em ata a presença dos participantes. Após o recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será aceito pela Comissão.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

4.2 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

4.3 Quando da entrega dos envelopes "Proposta" e "Documentos de Habilitação", o representante da licitante deverá apresentar à Comissão o seu credenciamento.

4.4 Para os efeitos deste dispositivo, entende-se por credenciamento a apresentação do documento oficial de identidade e:

I – em qualquer hipótese, documento oficial de identidade do credenciando;

II – caso o credenciando seja órgão de administração de pessoa jurídica, com poderes para a sua representação, ou titular de firma individual, apresentar documentos que comprovem tal situação (contrato social ou estatutos sociais, se a representada for uma pessoa jurídica ou declaração de firma individual, se este for o caso, em todas as hipóteses devidamente registrados; atas de assembleia geral e/ou do conselho de administração, eleição da pessoa física para cargo que lhe conceda poderes de representação, etc.);

III – caso o credenciando seja procurador da empresa licitante, procuração por instrumento público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida por tabelião e em ambos os casos acompanhada de cópia dos atos societários que demonstrem a capacidade de representação do outorgante da procuração.

4.5 A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder por ela até que seja cumprido o disposto nos itens 4.3 e 4.4 deste edital.

4.6 O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.7 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.8 Não será admitida que uma mesma pessoa jurídica através de pessoas a ela vinculadas represente mais de uma empresa licitante.

4.9 Serão aceitos documentos de habilitação e proposta enviados por via postal, desde que sejam entregues até às 10h no dia e local indicado neste edital.

4.9.1 Não serão aceitos documentos entregues após o horário referido no item anterior, independentemente de a licitante ter dado causa ou não ao atraso.

4.9.2 Os documentos enviados por via postal deverão vir lacrados e ficarão em posse da comissão de licitação até o momento de abertura juntamente com os documentos dos demais licitantes que forem entregues pessoalmente.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
Processo: 10166.724479/2017-91

5. DO JULGAMENTO**5.1 O Julgamento da Licitação será realizado em duas fases:**

I - a fase de classificação das propostas que compreenderá a verificação e análise de todos os elementos contidos nos envelopes "Proposta" e a elaboração da relação de classificação final das licitantes;

II - a fase de habilitação e julgamento final que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" da licitante mais bem classificada na fase de classificação das propostas, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente edital, bem como a verificação da situação da licitante perante o SICAF, somente no caso daquela que optar pelo cadastramento e habilitação nesse Sistema.

5.2 Fase de Classificação das Propostas

5.2.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 4 deste edital, o Presidente da Comissão anunciará a abertura dos envelopes referentes à "Proposta", os quais serão rubricados, folha por folha, pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes, e será suspensa a reunião para análise das propostas e, se for o caso, para a realização de diligências ou consultas.

5.2.2 Serão consideradas desclassificadas as licitantes que apresentarem as propostas em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, bem como as que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou comprovadamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não comprovem a sua exequibilidade e a viabilidade econômica do empreendimento, mediante os demonstrativos de que tratam os incisos IV e V do item 3.2.2 deste edital ou com preços excessivos, assim considerados aqueles superiores aos do item 5.2.2.1, calculados no Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica para Implantação de Porto Seco sob Regime de Permissão no Município de Anápolis, cujo sumário é apresentado no Anexo IX.

5.2.2.1 Tabela de tarifas máximas acima das quais serão consideradas como valores excessivos:

TABELA DE TARIFAS MÁXIMAS			
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO		Unidade	Valor
ARMAZENAGEM			
TA	Valor CIF (importação) e FOB (exportação) das mercadorias por 10 dias ou fração	%	0,345 (zero vírgula trezentos e quarenta e cinco por cento)
MOVIMENTAÇÃO			
TM	Por m ³ ou fração	R\$/m ³	10,07 (dez reais e sete centavos)

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
Processo: 10166.724479/2017-91

5.2.3 Será, também, desclassificada:

I - a proposta que, para a sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes;

II - a proposta de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa da União que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do Poder Público controlador da referida entidade.

5.2.4 Concluída a análise das propostas, a Comissão fará publicar no Diário Oficial da União a sua decisão, sobre a classificação das propostas dos licitantes.

5.2.5 Não serão classificadas as propostas apresentadas em desacordo com os requisitos deste edital.

5.2.6 Quando todas as licitantes forem desclassificadas, a Administração poderá fixar o prazo de oito dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas da desclassificação, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

5.2.7 Na classificação da proposta será considerado o critério do menor valor da tarifa do serviço a ser prestado.

5.2.7.1 Relativamente ao valor da tarifa do serviço a ser prestado:

I) Tarifas para armazenagem (tarifas propostas conforme item 3.2.2, II):

a) na importação (item 3.2.2, II, “a”):

1 - será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{AI1} (item 3.2.2, II, “a”, 1); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais. O mesmo procedimento será adotado para as tarifas T_{AI2} e T_{AI3} (item 3.2.2, II, “a”, 2 e 3), obtendo-se, dessa forma, notas N_{TAI1} , N_{TAI2} e N_{TAI3} para cada proposta;

2 - será calculada a média ponderada das notas N_{TAI1} , N_{TAI2} e N_{TAI3} , obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de armazenagem na importação N_{TAI} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TAI} = \frac{(N_{TAI1} \times 4 + N_{TAI2} \times 3 + N_{TAI3} \times 3)}{10}$$

b) na exportação (item 3.2.2, II, “b”):

1 - será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{AE1} (item 3.2.2, II, “b”, 1); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais. O mesmo procedimento será adotado

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

para as tarifas T_{AE2} e T_{AE3} (item 3.2.2, II, “b”, 2 e 3), obtendo-se, dessa forma, notas N_{TAE1} , N_{TAE2} e N_{TAE3} para cada proposta;

2 - será calculada a média ponderada das notas N_{TAE1} , N_{TAE2} e N_{TAE3} , obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de armazenagem na exportação N_{TAE} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TAE} = \frac{(N_{TAE1} \times 4 + N_{TAE2} \times 3 + N_{TAE3} \times 3)}{10}$$

II) Tarifas para movimentação (tarifas propostas conforme item 3.2.2, III):

a) na importação (item 3.2.2, III, “a”):

1 - será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{MI1} (item 3.2.2, III, “a”, 1.1); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais. O mesmo procedimento será adotado para as tarifas T_{MI2} , T_{MI3} , T_{MI4} , T_{MI5} , e T_{MI6} (item 3.2.2, III, “a”, 1.2, 2 e 3), obtendo-se, dessa forma, notas N_{TMI1} , N_{TMI2} , N_{TMI3} , N_{TMI4} , N_{TMI5} , e N_{TMI6} para cada proposta;

2 - será calculada a média ponderada das notas N_{TMI1} , N_{TMI2} , N_{TMI3} , N_{TMI4} , N_{TMI5} , e N_{TMI6} , obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de movimentação na importação N_{TMI} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TMI} = \frac{(N_{TMI1} \times 3,42 + N_{TMI2} \times 1,71 + N_{TMI3} \times 0,67 + N_{TMI4} \times 0,33 + N_{TMI5} \times 2,58 + N_{TMI6} \times 1,29)}{10}$$

b) na exportação (item 3.2.2, III, “b”):

1 - será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{ME1} (item 3.2.2, III, “b”, 1.1); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais. O mesmo procedimento será adotado para as tarifas T_{ME2} , T_{ME3} , T_{ME4} , T_{ME5} , e T_{ME6} (item 3.2.2, III, “b”, 1.2, 2 e 3), obtendo-se, dessa forma, notas N_{TME1} , N_{TME2} , N_{TME3} , N_{TME4} , N_{TME5} , e N_{TME6} para cada proposta;

2 - será calculada a média ponderada das notas N_{TME1} , N_{TME2} , N_{TME3} , N_{TME4} , N_{TME5} , e N_{TME6} , obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de movimentação na exportação N_{TME} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TME} = \frac{(N_{TME1} \times 3,42 + N_{TME2} \times 1,71 + N_{TME3} \times 0,67 + N_{TME4} \times 0,33 + N_{TME5} \times 2,58 + N_{TME6} \times 1,29)}{10}$$

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

III - Será calculada a média ponderada das notas N_{TAI} e N_{TMI} (item 5.2.6.1, I, “a”, 2 e item 5.2.6.1, II, “a”, 2), obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de importação N_{TI} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TI} = \frac{(N_{TAI} \times 8,5 + N_{TMI} \times 1,5)}{10}$$

IV - Será calculada a média ponderada das notas N_{TAE} e N_{TME} (item 5.2.6.1, I, “b”, 2 e item 5.2.6.1, II, “b”, 2), obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de exportação N_{TE} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TE} = \frac{(N_{TAE} \times 8,5 + N_{TME} \times 1,5)}{10}$$

V - Será calculada a média ponderada das notas N_{TI} e N_{TE} (item 5.2.6.1, III e item 5.2.6.1, IV), obtendo-se, para cada proposta, uma nota final de tarifa N_F , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_F = \frac{(N_{TI} \times 8,5 + N_{TE} \times 1,5)}{10}$$

5.2.7.2 As licitantes serão classificadas em ordem decrescente, em relação as suas Notas Finais (NF).

5.2.7.3 Havendo duas ou mais licitantes com a mesma Nota Final (NF), será mais bem classificada a licitante que seja empresa brasileira.

5.2.7.4 Persistindo a igualdade, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

5.2.7.5 Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado à despeito das ausências.

5.2.8 Na classificação das propostas observar-se-á que:

I - para a obtenção das notas discriminadas no item 5.2.7.1 deste edital, serão procedidos cálculos até a segunda casa decimal, inclusive, desprezando-se as demais;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
Processo: 10166.724479/2017-91

II - não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital ou baseada nas ofertas das demais licitantes;

III - não será atribuída qualquer pontuação à proposta que tenha sido desclassificada.

5.2.9 O resultado da classificação das propostas das licitantes será publicado no Diário Oficial da União, abrindo-se o período recursal de que trata o art. 109, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.2.10 Decorrido o período recursal sem interposição de recursos, ou apreciados os eventualmente interpostos na forma da lei, o resultado de seu julgamento, com a data para abertura do envelope “Documentos de Habilitação” da licitante mais bem classificada, será publicado no Diário Oficial da União.

5.2.11 Após a fase de classificação, não será admitida desistência da proposta, que será considerada em todos os seus efeitos obrigacionais, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente aceito pela Comissão.

5.2.12 Os envelopes relativos aos “Documentos de Habilitação” das licitantes desclassificadas permanecerão em poder da Comissão, devidamente lacrados, à disposição da licitante interessada, durante 20 (vinte) dias, contados da data da publicação do resultado da classificação no Diário Oficial da União, após os quais, serão destruídos pela Comissão, com a lavratura do devido termo de destruição, que será juntado ao processo de licitação.

5.3 Fase de Habilitação

5.3.1 Encerrada a fase de classificação das propostas, na data aprazada, o Presidente da Comissão anunciará a abertura do invólucro com os documentos de habilitação da licitante mais bem classificada, os quais serão rubricados, folha por folha, pela Comissão e pelos representantes das licitantes classificadas presentes, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital.

5.3.1.1 Ocorrendo a hipótese prevista no item 4.6 deste edital, a Comissão adotará os procedimentos do item 4 do edital.

5.3.2 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior.

5.3.2.1 A regularidade do cadastramento e da habilitação da licitante inscrita no SICAF, que tenha feita a opção de que trata o item 3.3.2.3 deste edital, será confirmada por meio de consulta online, quando da abertura do envelope “Documentos de Habilitação”.

5.3.2.1.1 Procedida a consulta, será impressa a declaração demonstrativa da situação da licitante, declaração esta que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por todos os representantes das licitantes presentes.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

5.3.2.1.2 A declaração será juntada ao processo de licitação.

5.3.2.1.3 A licitante será inabilitada quando ocorrer irregularidade no cadastramento ou na habilitação no SICAF, somente no caso de ter optado pela utilização desse Sistema, bem como se não atender o disposto no item 3.3.2.4 deste edital.

5.3.2.1.4 No caso de a licitante utilizar o SICAF e ser inabilitada e comprovar, exclusivamente, mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço- RSS, ter entregado a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o Presidente da Comissão suspenderá os trabalhos para proceder diligência, na forma estabelecida no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, desde que não seja possível a apresentação da documentação atualizada no momento da habilitação.

5.3.2.2 Será inabilitada a licitante não optante pela utilização do SICAF que não apresentar os documentos relacionados nos incisos I a III do item 3.3.2 deste edital, ou caso os apresente com irregularidades, bem como se não atender o disposto no item 3.3.2.4 deste edital.

5.3.3 Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação da licitante mais bem classificada.

5.3.3.1 Caso estejam presentes todos os representantes das licitantes, a Comissão poderá intimá-los, direta e verbalmente da decisão sobre a habilitação ou inabilitação da mais bem classificada. Caso contrário, a intimação far-se-á por meio de publicação no Diário Oficial da União. Em qualquer caso, tudo deverá constar da ata que será assinada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes.

5.3.3.2 Intimadas todas as licitantes classificadas direta e verbalmente, em sessão, da decisão da Comissão sobre a habilitação da licitante mais bem classificada e, dispondo-se elas a renunciarem ao exercício do direito de recorrerem da decisão, tal renúncia deverá constar, expressamente, da ata que documentará a sessão, a qual, necessariamente, deverá ser assinada por todas elas, procedendo-se, em seguida, à declaração da licitante vencedora do certame.

5.3.3.3 Havendo, na sessão, manifestação de intenção de interposição de recurso por parte de qualquer licitante contra a decisão de habilitação ou inabilitação da licitante mais bem classificada, fato que deverá constar da ata, a Comissão encerrará a reunião, abrindo-se, desta forma, o período recursal de que trata o art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.3.4 Caso julgue necessário, a Comissão poderá suspender a reunião, para análise da documentação, realização de diligências ou consultas, tudo sendo registrado em ata.

5.3.4.1 Suspensa a reunião, todos os envelopes “Documentos de Habilitação” dos demais licitantes classificados, devidamente fechados, ficarão em poder da Comissão, após serem rubricados por todos os seus membros e pelos representantes das licitantes presentes.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

5.3.4.2 Após a análise da documentação ou a realização de diligências ou consultas, a Comissão fará publicar, no Diário Oficial da União, sua decisão quanto à habilitação e julgamento final do certame, observando-se o disposto no item 15.3.

5.3.5 Verificado o atendimento das exigências do edital a licitante mais bem classificada e habilitada será declarada vencedora.

5.3.5.1 Publicada a decisão da Comissão no Diário Oficial da União, abre-se o período recursal de que trata o art. 109, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.3.5.2 Publicado o resultado do julgamento da licitação, no Diário Oficial da União, e após decididos os recursos eventualmente interpostos, ou decorrido o prazo recursal sem sua apresentação, o julgamento da licitação será submetido ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da 1ª RF, para homologação e adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

5.3.6 Os envelopes relativos aos “Documentos de Habilitação” das demais licitantes classificadas permanecerão em poder da Comissão, devidamente lacrados, à disposição da licitante interessada, durante 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, após os quais, serão destruídos pela Comissão, com a lavratura do devido termo de destruição, que será juntado ao processo de licitação.

5.3.7 Inabilitada a licitante mais bem classificada, serão analisados os documentos habilitatórios - “Documentos de Habilitação” da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante classificada atenda as condições fixadas no edital, nos termos do que dispõe o art. 18-A, inciso III, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

5.3.7.1 Na hipótese prevista no item 5.3.7 acima, reinicia-se a fase de habilitação conforme o estabelecido neste edital.

5.3.8 Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Administração poderá fixar o prazo de oito dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada das causas da inabilitação, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1 A permissão para a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco será formalizada por termo de contrato, celebrado entre a União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – SRRF da 1ª Região Fiscal – RF01 (denominada Permitente para fins de contrato), e a licitante vencedora (denominada Permissionária para fins de contrato), que observará os termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, subsidiariamente os da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, os deste edital e demais normas pertinentes.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

6.2 A licitante vencedora terá o prazo de cinco dias úteis, contados da devida convocação, para celebrar o referido contrato, do qual fará parte o edital e os documentos de classificação (proposta) e de habilitação. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto no item 13.2 deste edital.

6.3 Se a licitante vencedora não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado à SRRF01 convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, com referência às tarifas propostas (item 3.2.2, II e III), ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no item 13.2 deste edital, nos termos do § 2º, do art. 64, da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

6.4 O contrato resultante da presente licitação, e seus eventuais aditamentos, só terão validade e eficácia depois de, respectiva e sucessivamente, aprovado pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e publicado seu extrato no Diário Oficial da União.

6.5 Incumbirá à SRRF01 providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do contrato no "Diário Oficial da União", até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos, nos termos do que dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.6 Na assinatura do Contrato, será feita, pela Contratante, a verificação:

I - da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, que, no caso daquelas cadastradas no SICAF, poderá se dar por meio de consulta on line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993;

II - da situação do adjudicatário no Cadastro Informativo de Crédito do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

III - da situação do adjudicatário no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria Geral da União, no sítio www.portaltransparencia.gov.br/ceis; e

IV - da situação do adjudicatário no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNClA, do Conselho Nacional de Justiça, no sítio www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php (Acórdão TCU Plenário nº 1793/2011).

6.6.1 Na hipótese de o licitante adjudicatário não estar inscrito no SICAF, nos termos do inciso II do § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.722, de 2001, com nova redação dada pelo Decreto nº 4.485, de 2002, o seu cadastramento deverá ser feito pela Permitente, sem ônus para a licitante, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

6.7 A RFB, no interesse do Serviço Público, poderá promover novas licitações para outorga de permissão ou concessão, se for o caso, para a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, no mesmo município estabelecido no item 1 deste edital.

6.8 Não será admitida a subpermissão, a associação do contratado com outrem, a cessão, total ou parcial, da permissão outorgada, objeto deste edital.

6.8.1 A Permissionária poderá contratar serviços complementares de manutenção, limpeza e conservação, vigilância, medicina e segurança do trabalho e outros assemelhados.

6.9 A formalização do contrato de permissão impõe à Permissionária as obrigações e encargos relacionados com a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco, o que deverá ser feito com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia de atendimento e modicidade das tarifas, na forma estabelecida na legislação específica, e obedecidas as disposições constantes do Anexo II deste edital.

6.10 No contrato constará cláusula estabelecendo que a Permissionária assumirá a condição de fiel depositário da mercadoria sob sua guarda.

7. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 No Porto Seco, a Permissionária incumbir-se-á da prestação de serviços técnicos e especializados relacionados com armazenagem e movimentação de mercadorias importadas e das destinadas à exportação.

7.2 No Porto Seco, a Permissionária poderá auferir receitas acessórias, em decorrência da prestação de serviços conexos com aqueles objeto da permissão, desde que tenha feito a opção na proposta apresentada, conforme item 3.2.2, inciso VI, deste edital, de acordo com tabela que espelhe os preços de mercado de que trata o Anexo VII, prestados facultativamente aos usuários, relativos à estadia de veículos e unidades de carga; pesagem; limpeza e desinfecção de veículos; fornecimento de energia; retirada de amostras; lonamento e deslonamento; colocação de lacres, expurgo e reexpurgo, unitização e desunitização de cargas; marcação e colocação de selos fiscais em produtos importados, com vistas ao atendimento de exigências da legislação nacional ou do adquirente; etiquetagem e marcação de produtos destinados à exportação, visando sua adaptação a exigências do comprador; consolidação e desconsolidação documental; acondicionamento e reacondicionamento, apenas para fins de transporte; inspeção não invasiva de cargas e veículos e outros serviços complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de Porto Seco Industrial, se for o caso.

7.3 Deverá ser colocada apenas placa de identificação do Porto Seco nas dimensões mínimas de 2,5m X 5,0m, por conta da Permissionária, com localização e especificações a serem fornecidas pela SRRF01.

7.3.1 Caso a Permissionária queira que conste da placa sua razão social ou denominação, esta deverá ocupar, no máximo, uma área equivalente a um quinto da área da placa.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

7.4 Durante a execução do contrato, havendo interesse da permissionária em promover alterações ou expansões de construções, de equipamentos e de sistemas operacionais de segurança e dos relativos à medicina e segurança do trabalho, essas alterações ou expansões deverão ser executadas a expensas da Permissionária, após autorização da Permitente, sem prejuízo do disposto no item 6.7 deste edital.

7.5 O exercício da fiscalização por parte da Permitente (inciso I do item 10.1) não exclui nem reduz a responsabilidade da Permissionária ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da Permitente.

7.6 Para fins de alfandegamento e verificação de cumprimento das obrigações contratuais constantes do edital e dos documentos de classificação (proposta) e habilitação, e conforme as normas da RFB pertinentes ao alfandegamento, o recinto será vistoriado por comissão de vistoria designada pelo chefe da unidade da RFB com jurisdição sobre o Porto Seco, que lavrará termo de vistoria circunstanciado, nos termos do inciso II do item 10.1 deste edital.

7.7 O ato declaratório de alfandegamento do Porto Seco será expedido pelo Superintendente da SRRF01, na vigência do prazo contratual, cumpridas as condições do contrato e de alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la.

7.8 No exercício da fiscalização, a Permitente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da Permissionária.

7.9 Os serviços serão fiscalizados também, nos meses de junho e dezembro, por intermédio de comissão, designada pelo Superintendente da SRRF01, composta de representantes da Permitente, da Permissionária e dos usuários, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 30 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e no art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011.

7.10 Os serviços prestados no Porto Seco observarão o disposto no art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nas normas técnicas pertinentes e na proposta apresentada na licitação.

7.11 O desempenho da permissionária, que compreenderá a qualidade dos serviços prestados no Porto Seco e a regular execução do contrato, será avaliado conforme metodologia constante do Anexo II deste edital.

7.12 O dirigente da unidade da RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco, expedirá as normas operacionais necessárias ao cumprimento do contrato e designará servidor que acompanhará e fiscalizará permanentemente a sua execução.

8. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

8.1 Os serviços relativos à movimentação e armazenagem de mercadorias prestados pela Permissionária no Porto Seco serão pagos pelo usuário conforme tarifas constantes da proposta vencedora, e os serviços conexos e complementares conforme o constante do item 7.2 deste edital.

8.1.1 O desempenho da permissionária, que compreenderá a qualidade dos serviços prestados no Porto Seco e a regular execução do contrato, será avaliado conforme metodologia constante do Anexo II deste Edital.

8.1.2 Será permitido acordo entre a permissionária e o usuário nos seguintes casos:

I - cobrança de tarifas menores que as constantes da proposta apresentada na licitação; ou

II - cobrança de tarifas maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação quando se tratar de produtos tóxicos, odorantes, inflamáveis, corrosivos e outros produtos considerados perigosos ou nocivos à saúde pela legislação pertinente, bem como produtos frágeis e de difícil manipulação, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %); ou

III - cobrança de tarifas de movimentação maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação quando o objeto for a prestação de serviços de responsabilidade da contratada fora do expediente normal de funcionamento do Porto Seco, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %).

IV - cobrança de tarifas de armazenagem maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação a partir do início do segundo período de armazenagem, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %), não cumulativo.

8.1.3 Nos casos previstos no item anterior, o pagamento ao FUNDAF, nos termos do que dispõe o item 11.1, inciso **XXXIV** deste edital, será calculado com base nas tarifas estabelecidas no acordo.

8.2 Revisão das Tarifas

8.2.1 As tarifas referentes à movimentação e armazenagem de mercadorias poderão ser revistas a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do disposto no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

8.2.2 O pedido de revisão das tarifas, quando requerido pela Permissionária, deverá ser instruído com uma composição de custos atualizada que, comparada com a apresentada na licitação (item 3.2.2, incisos IV e V), comprove a quebra do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.3 Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4 Havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, a SRRF01 deverá restabelecê-lo, por aditamento, concomitantemente à alteração.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

8.2.5 Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6 As receitas acessórias e complementares, de que trata o item 7.2 deste edital, serão obrigatoriamente consideradas para aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.7 Caso a contribuição ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF) se torne inexigível, por decisão administrativa ou judicial, aplica-se o disposto no item 8.2.3.

8.3 Reajuste de Tarifas

8.3.1 Os preços dos serviços permitidos (expressos em reais) serão reajustados anualmente, a partir da data limite para a apresentação da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V = (I / I_0) * V_0$$

V = valor reajustado da tarifa;

I = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês do reajuste;

I₀ = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês de apresentação da proposta;

V₀ = valor da tarifa constante da proposta.

8.3.2 Em caso de revisão contratual de tarifas nos termos do item 8.2, não será alterado o termo inicial do período de reajuste, que será a data em que o reajuste anterior tiver ocorrido.

8.4 Revisão dos Parâmetros da Permissão

8.4.1 A Revisão dos Parâmetros da Permissão tem o objetivo de recalcular a Tabela de Tarifas Máximas, apresentada no item 5.2.2.1, preservando-se a aplicação de tarifas módicas e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão.

8.4.2 A Revisão dos Parâmetros da Permissão ocorrerá quando demonstrado pelo Permitente ou pelo Permissionário que o valor da tarifa não mais reflita a relação entre a amortização do investimento e a remuneração prevista na proposta vencedora.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

8.4.3 A Revisão dos Parâmetros da Permissão será precedida de novo Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica, fundado nos balanços e demonstrações dos resultados dos exercícios dos anos anteriores de exploração do empreendimento.

9. DA VIGÊNCIA

9.1 O contrato terá vigência a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e terá duração de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

9.2 O prazo de início de funcionamento do Porto Seco, referido no inciso I do item 3.2.2, admite prorrogação sem a aplicação de sanções, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra, no que couber, algum dos motivos elencados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, devidamente atuados em processo.

10. DOS ENCARGOS DA PERMITENTE

10.1 Incumbe à Permitente:

I – acompanhar, controlar e fiscalizar permanentemente a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado (fiscal do contrato), e expedir normas operacionais, por intermédio da unidade da RFB com jurisdição sobre o Porto Seco (art. 29, inciso I da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e art. 20 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011).

a) caberá ao fiscal do contrato observar e cumprir as disposições estabelecidas pelo art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, realizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados conforme metodologia constante do Anexo II deste edital, instruir eventuais processos de aplicação de sanções administrativas previstas nos itens 13 e 14 deste edital considerando o rito estabelecido nos seus subitens 13.6.1, 13.6.2.1, e 14.4.4.1, bem como fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contratuais e apreciar e aprovar qualquer alteração no referido *layout* de armazenagem;

b) o disposto na alínea "a" não exclui nem reduz a responsabilidade da Permissionária ou de seus agentes ou prepostos, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando, na ocorrência destes, em co-responsabilidade por parte da Permitente;

II - vistoriar o recinto a ser alfandegado por intermédio de comissão de vistoria, designada pelo chefe da unidade da RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco;

III - alfandegar o Porto Seco, por meio de ato declaratório mencionado no item 7.7 deste edital, e dessa forma autorizar o início de funcionamento do recinto, após lavrado(s) o(s) termo(s) de vistoria e desde

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

que satisfeitas todas as condições contratuais e de alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, inclusive a avaliação prévia do funcionamento do sistema informatizado de controle operacional, nos termos do que dispõe o art. 12 da IN SRF nº 682, de 4 de outubro de 2006, ou de legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida;

IV - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

V - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

VI - extinguir a permissão, nos casos previstos no item 14 deste edital;

VII - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, das normas pertinentes e do contrato;

VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

IX - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

X - estimular a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a competitividade;

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;

XIII - encaminhar ao Tribunal de Contas da União - TCU cópia da documentação a que se refere o art. 8º da Instrução Normativa TCU nº 27, de 27 de dezembro de 1998;

XIV - prestar ao TCU, quando for o caso, as informações relativas aos fatos enumerados no art. 12 da Instrução Normativa TCU nº 27, de 1998.

XV - Avaliar a qualidade dos serviços prestados conforme metodologia constante do Anexo II deste edital.

XVI – observar o disposto no artigo 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

10.2 A vistoria prevista no inciso II do item 10.1 será realizada com observância dos seguintes procedimentos:

I - será realizada no prazo de trinta dias, contado da comunicação a que se refere o inciso XI do item 11 deste edital;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

II - sendo verificado que não foram atendidas todas as condições estabelecidas neste edital, a comissão consignará as pendências no respectivo termo que será levado ao conhecimento da permissionária, a qual sanará as referidas pendências, no prazo que lhe for concedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

III - transcorrido o prazo concedido, a comissão procederá nova vistoria, lavrando o respectivo termo;

IV - caso não tenham sido sanadas as pendências, operar-se-á a caducidade da permissão.

11. DOS ENCARGOS DA PERMISSIONÁRIA

11.1 Incumbe à Permissionária:

I - manter prepostos (gerente e fiel - inciso IX do item 3.3.1, deste edital) no Porto Seco, com experiência profissional e com o mesmo nível de responsabilidade, de pelo menos 1 ano, em atividades ligadas à armazenagem, guarda ou ao transporte de mercadorias, que assumirá perante a RFB a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços ali executados e com poderes para responder pela permissionária;

II - observar, quanto ao pessoal, as disposições da legislação trabalhista e previdenciária;

III - responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados e também por danos a terceiros;

IV - responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando co-responsabilidade da Permitente;

V – comunicar e submeter à aprovação prévia do titular da unidade da RFB jurisdicionante do Porto Seco, por intermédio do fiscal do contrato (item 7.12 deste edital) qualquer substituição da equipe técnica (gerente e fiel), observado o disposto no inciso IX do item 3.3.1 deste edital;

a) a referida substituição só será deferida se os membros da nova equipe possuírem comprovada experiência profissional, conforme previsto pelo Inciso IX do item 3.3.1 deste edital;

b) entende-se como "gerente" o funcionário da permissionária que detiver a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços executados nas dependências do Porto Seco e pelo pronto restabelecimento de qualquer problema operacional que vier a ocorrer naquele recinto e como "fiel depositário" o funcionário da permissionária que detiver a responsabilidade pela movimentação, guarda e conservação das mercadorias que adentrarem e saírem do Porto Seco;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

VI - acatar, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados e contratados, as disposições contidas na legislação aduaneira vigente à época da celebração do contrato, e daquelas que vierem a sucedê-la ou alterá-la durante o período de sua execução, inclusive aí todos os atos normativos editados pela RFB;

VII - fornecer todos os equipamentos, ferramentas, materiais, maquinários, mobiliários, equipamentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamentos de segurança do trabalho, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pelo Porto Seco.

a) fornecer todos os equipamentos, materiais, mobiliários, equipamentos e suprimentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamento de reprografia, material de expediente, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), equipamentos de segurança do trabalho, bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pela equipe da Secretaria da Receita Federal do Brasil em exercício no Porto Seco, devendo, no entanto tais solicitações ser sempre devidamente justificadas pela Permitente, após prévia manifestação do fiscal do contrato;

b) disponibilizar meios de transporte e dispositivos adequados à carga e descarga de mercadorias sujeitas à fiscalização, bem como disponibilizar locais adequados aos trabalhos de fiscalização das equipes da RFB em exercício no Porto Seco;

c) disponibilizar diariamente transporte em condições de segurança e conforto para os servidores da RFB que prestem serviço no Porto Seco, desde a unidade da RFB jurisdicionante até o recinto do Porto Seco e vice-versa, exclusivamente nos casos em que esse recinto for localizado em área não assistida por linha regular e segura de transporte público.

c.1) O transporte a que se refere a alínea “c” deste item, pode ser compartilhado com servidores de outros órgãos da administração pública, devendo ser feito em veículo devidamente caracterizado e de uso coletivo.

VIII - responder como depositário da mercadoria sob sua custódia, obedecendo às legislações comercial e aduaneira que tratam do assunto e submetendo-se às demais exigências da fiscalização da RFB;

IX - responder pelos tributos incidentes sobre as mercadorias sob sua guarda e responsabilidade e demais penalidades decorrentes, em caso de avaria, extravio ou acréscimo, exigíveis na data da apuração do fato;

X - apresentar à fiscalização da RFB, quando solicitado e em tempo hábil, as mercadorias armazenadas no Porto Seco sob sua custódia, e todos os dados de administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros referentes aos serviços prestados pelo Porto Seco, bem como garantir o livre acesso a todas as suas dependências, para que se proceda aos inventários e vistorias que julgar necessários;

a) só poderão ser armazenadas no Porto Seco, mercadorias que estiverem sob controle aduaneiro, e a ele destinadas, devendo a Permissionária armazená-las de modo que seja mantida separação física entre as mercadorias importadas, a exportar, as nacionais ou nacionalizadas, destinadas à internação,

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

quando em Porto Seco nela localizada, e aquelas que tiverem sido abandonadas, apreendidas ou retidas pela RFB no curso do despacho aduaneiro no mesmo recinto;

b) caberá à Permissionária adotar e seguir o *layout* de armazenagem de mercadorias proposto em sua documentação de habilitação, devendo qualquer alteração ser devidamente justificada;

b.1) entende-se por *layout* de armazenagem de mercadorias a planta baixa dos armazéns do Porto Seco onde estejam evidenciadas as áreas destinadas a cada tipo de mercadoria mencionada na alínea “a” deste item;

c) caberá ao fiscal do contrato apreciar e aprovar qualquer alteração no referido *layout* de armazenagem, o qual, se aprovado, deverá ser fielmente seguido pela Permissionária;

d) poderá haver quantas alterações forem necessárias no *layout* de armazenagem, desde de que não prejudiquem os serviços de fiscalização da RFB e que sejam sempre previamente aprovadas pelo fiscal do contrato;

e) ocorrendo qualquer alteração no *layout* de armazenagem do Porto Seco, caberá sempre ao fiscal do contrato anexar cópia do novo *layout* ao dossiê de acompanhamento do contrato do Porto Seco.

XI - comunicar à Permitente para fins de vistoria, por escrito, por intermédio da unidade da RFB jurisdicionante, que o recinto encontra-se em condições de entrar em funcionamento, em conformidade com o edital e documentos de habilitação e classificação (proposta) apresentados pela licitante, e com as condições para alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la;

XII – instalar e manter no Porto Seco, sem ônus para a Permitente, os serviços públicos de água, esgoto, eletricidade, telefonia e outros necessários ao seu perfeito funcionamento;

XIII - assumir os encargos relativos aos gastos com o consumo de energia elétrica, água, esgoto e telefone, impostos, taxas, alvarás, assentimentos sanitários, licenciamento ambiental, linhas de comunicação de voz e dados, dentre outros necessários ao perfeito funcionamento das instalações do Porto Seco e à realização dos serviços lá prestados, inclusive os decorrentes do cumprimento da Legislação Federal, Estadual e Municipal no que concerne às atividades do Porto Seco;

XIV - assumir os encargos relativos aos custos do laudo pericial emitido por órgão, entidade, ou empresa credenciada, para realização de auditoria de sistemas informatizados de controle aduaneiro, nos termos do que dispõe a IN SRF nº 682, de 4 de outubro de 2006, ou norma que a vier a complementá-la ou sucedê-la;

XV - atender aos usuários conforme previsto no art. 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e nas legislações comercial e aduaneira vigentes durante o período de execução do contrato;

XVI – apresentar ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês, prestação de contas relativas às receitas auferidas, no mês anterior, com movimentação e armazenagem de mercadorias, bem como

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

as relativas às receitas acessórias decorrentes da prestação de serviços conexos com aqueles objeto da permissão, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de Porto Seco Industrial, se for o caso;

XVII - disponibilizar espaço físico adequado e equipamentos e facilitar a instalação dos órgãos intervenientes da Administração Pública que prestem serviços relativos ao controle administrativo das importações e exportações, controles fitossanitários, bem como espaço físico para as administrações fazendárias estaduais e postos de serviços bancários;

XVIII – disponibilizar instalações para o bom atendimento aos condutores de veículos de transporte de carga, despachantes aduaneiros e outros intervenientes, que atuem no Porto Seco, proporcionando boas condições de segurança, conforto, higiene e comodidade.

XIX - informar o vencimento do prazo de permanência no Porto Seco das mercadorias, veículos transportadores ou unidades de carga abandonadas, admitidas nos diversos regimes aduaneiros, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 32 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, ou pela legislação que vier a sucedê-la ou alterá-la;

XX – manter, em local apropriado no recinto alfandegado, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga apreendidas pela unidade jurisdicionante da RFB no próprio recinto do porto seco;

XXI – manter em local apropriado no recinto alfandegado, por 120 dias, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga que forem considerados, pela legislação aduaneira em vigor, como abandonados no recinto;

a) o prazo de 120 dias passará a contar a partir da data em que a permissionária informar a caracterização da situação de abandono, conforme previsto na legislação aduaneira em vigor;

b) decorrido o prazo de 120 dias sem que tenha sido iniciado o despacho de importação, a permissionária deve fazer, em 5 dias, comunicação à unidade jurisdicionante da RFB, relacionando as mercadorias e mencionando todos os elementos necessários à identificação dos volumes e do veículo transportador;

c) feita a comunicação no prazo 5 dias, ficará a RFB responsável pelo pagamento da armazenagem no período excedente, contado este a partir do dia subsequente 120º dia, devendo para tanto ser aplicadas as tarifas de armazenagem de mercadorias normalmente praticadas pela permissionária na importação e exportação, conforme os termos do contrato de permissão;

d) caso a comunicação não seja efetuada no prazo estipulado na alínea b, somente será paga pela RFB a armazenagem devida até o término do referido prazo, ainda que a mercadoria venha a ser posteriormente alienada.

XXII – guardar em local no recinto alfandegado, sem custos para a RFB, por até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data em que ocorra a apreensão ou a Permissionária informar a situação de abandono de veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga que forem:

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

a) apreendidos pela unidade jurisdicionante da RFB no próprio recinto do porto seco;

b) considerados abandonados no recinto pela legislação aduaneira;

XXIII - manter os equipamentos de informática no Porto Seco devidamente interligados ao Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX ou sistema que vier a sucedê-lo e à rede informatizada da RFB, devendo o acesso à referida rede ser de uso exclusivo dos funcionários da RFB que atuarem no recinto alfandegado;

a) todos os equipamentos de informática do Porto Seco que estiverem sendo utilizados exclusivamente pela RFB deverão atender aos requisitos de segurança e especificações técnicas estabelecidas pela RFB, em conformidade com o disposto no Ato Declaratório Executivo Cotec nº 7, de 22 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 24 de dezembro 2010, e/ou legislação superveniente;

XXIV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de que trata a Instrução Normativa SLTI nº 2, de 11 de outubro de 2010, sob pena da caducidade da permissão;

XXV - prestar serviço adequado, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

a) manter serviços adequados de vigilância na área interna e externa do Porto Seco, de manutenção e conservação (preventiva e corretiva) das instalações, equipamentos e maquinários instalados neste recinto alfandegado, além de prestar serviços de segurança e medicina do trabalho e realizar serviços de modernização e atualização dos equipamentos de informática, sem ônus para a Permitente, desde que sejam indispensáveis à eficiência e qualidade dos serviços prestados pela Permissionária;

XXVI - prestar contas da gestão do serviço à Permitente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

XXVII - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

XXVIII - permitir aos encarregados da fiscalização da RFB livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

a) disponibilizar acesso ao sistema de que trata o inciso VII do item 3.3.1 deste edital à fiscalização da RFB, quando em consulta realizada no próprio estabelecimento, e remotamente, por meio da Internet, controlado por senha alfanumérica de oito dígitos, ou método seguro de reconhecimento biométrico do usuário, ou mediante certificação digital.

a.1) O acesso ao sistema via Internet deverá oferecer performance compatível com as necessidades de controle por parte da RFB, vinte e quatro horas por dia.

b) disponibilizar acesso ao sistema de que trata o inciso VIII do item 3.3.1 deste edital à fiscalização da RFB, no que se refere aos arquivos de imagens e dados pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, bem como transmitir, em tempo real, para a unidade da RFB jurisdicionante as imagens e dados do sistema.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

XXIX - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

XXX - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

XXXI - executar, sem ônus para a Permitente ou para os usuários, os serviços necessários ao atendimento do disposto no inciso XIII deste item;

XXXII - manter, no Porto Seco, ferramentas e equipamentos adequados e pessoal especializado para execução dos serviços de que trata o inciso anterior;

XXXIII - publicar anualmente as demonstrações financeiras relativas à permissão;

XXXIV - efetuar o pagamento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, a partir da data de entrada em operação do Porto Seco, de acordo com o art. 815 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 e da Instrução Normativa SRF nº 14, de 25 de janeiro de 1993, nos termos constantes das alíneas abaixo indicadas:

a) seis por cento (6%) da receita mensal obtida com armazenagem e movimentação de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem;

b) dois por cento (2%) da receita mensal obtida com armazenagem e movimentação de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redesignação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC;

c) o pagamento ao FUNDAF deverá ser efetuado através de recolhimentos mensais aos cofres da União, a título de receitas alfandegadas, feitos por meio de DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), sob o código de receita: 6525, até o décimo dia de cada mês subsequente ao da ocorrência dos fatos que geraram o débito;

d) O atraso do pagamento ao FUNDAF superior a trinta dias ensejará a caducidade da Permissão.

e) Caso a contribuição ao FUNDAF torne-se inexigível por fatos supervenientes, a Permitente promoverá a revisão das tarifas a fim de se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

XXXV - apresentar mensalmente ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês subsequente ao de referência, comprovante de recolhimento dos DARFs mencionados no inciso anterior.

XXXVI - disponibilizar para a RFB, a qualquer momento durante a execução contratual e ao final da permissão, as informações, históricos e registros de todas as operações efetuadas pelos sistemas informatizados de controle operacional e de monitoramento e vigilância de que trata os incisos VII e VIII do item 3.3.1 deste edital, durante o prazo de funcionamento do Porto Seco, bem como as especificações para acesso e recuperação desses dados.

XXXVII – submeter à Permitente, por intermédio da unidade da RFB de jurisdição do Porto Seco, para fins de autorização e anuência prévia, a transferência da permissão ou do seu controle acionário pretendidos, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, o Decreto nº 2.763,

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

de 31 de agosto de 1998, e Instrução Normativa SRF nº 109, de 12 de dezembro de 2000, e da legislação que vier a alterá-la ou sucedê-la, sob pena de caducidade da permissão.

a) a transferência da permissão ou do controle acionário de que trata este inciso, sem a anuência prévia da RFB, implicará caducidade da permissão, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

XXXVIII – cobrar as mesmas tarifas praticadas na importação e exportação previstas no contrato de permissão, no caso da guarda referida no inciso XX do item 11.1 ultrapassar 120 dias;

XXXIX – observar o disposto no artigo 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

XL – manter a prestação dos serviços com qualidade boa ou ótima atingindo, no mínimo, nota final igual 7 (sete) na avaliação semestral referida no Anexo II;

XLI – iniciar o funcionamento do Porto Seco de acordo com o prazo informado na proposta;

XLII – manter sigilo e não veicular as informações a que tiver acesso, em decorrência do exercício dos serviços, respondendo criminalmente, no caso de violação.

XLIII - caberá à permissionária adotar e seguir o layout de armazenagem de mercadorias proposto em sua documentação de habilitação, devendo qualquer alteração ser devidamente justificada;

a) entende-se por layout de armazenagem de mercadorias a planta baixa dos armazéns do Porto Seco onde esteja evidenciada as áreas destinadas a cada tipo de mercadoria mencionada na alínea “a” deste item;

b) poderá haver quantas alterações forem necessárias no layout de armazenagem, desde de que não prejudiquem os serviços de fiscalização da RFB e que sejam sempre previamente aprovadas pelo fiscal do contrato;

c) ocorrendo qualquer alteração no layout de armazenagem do Porto Seco, caberá sempre ao fiscal do contrato anexar cópia do novo layout ao dossiê de acompanhamento do contrato do Porto Seco.

12. GARANTIA

12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações relativas ao início das atividades do Porto Seco no prazo estabelecido no inciso I do item 3.2.2 deste edital e observância das cláusulas e condições do contrato, bem como às referentes à multas contratuais e as decorrentes da legislação aduaneira, a Permissionária ficará obrigada a prestar, previamente à assinatura do contrato, garantia no valor de 10% do investimento estimado na sua proposta (item 7 do Anexo VI deste edital), conforme § 3º do art. 56 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, podendo a seu critério optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

12.1.1 A garantia sob as modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.1.2 A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá ter prazo de validade que abranja o prazo de vigência do contrato, sendo admitido período mínimo de 12 (doze) meses, com renovação tempestiva, e deverá ser acompanhada de documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice ou carta-fiança. Se a garantia ofertada for a fiança bancária, deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem, nos termos do disposto nos artigos 827 e 828, I, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

12.1.3 A garantia terá o seu valor atualizado periodicamente pelo mesmo percentual utilizado no reajuste ou revisão das tarifas contratuais

12.1.4 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive multas, ou indenização a terceiros, a Permissionária deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Permitente, mediante ofício entregue contrarrecibo.

12.1.5 Após o cumprimento fiel e integral do contrato, a garantia prestada pela Permissionária será liberada pela União, por intermédio da SRRF01.

13. SANÇÕES

13.1 Além de sujeitar-se às penalidades por infração à legislação aduaneira, especialmente ao Decreto-Lei nº 37, de 1966, à Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e à Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, a Permissionária ficará sujeita às seguintes sanções administrativas pela inexecução total ou parcial dos dispositivos contratuais aqui estabelecidos:

I – advertência:

a) pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela Permissionária, estabelecidos nos incisos V, VI, VII, X, XII, XIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXV, XXVI, XXVII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII e XXXV, do item 11 deste edital;

b) no caso de reincidência na mesma infração ou de ocorrência de prejuízos à permitente e aos usuários dos serviços do Porto Seco, será aplicada a multa estabelecida no inciso II, alínea “b” deste item;

II – multa:

a) de 0,1% (zero vírgula um por cento) do investimento total apresentado no Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento, por dia de atraso no início de funcionamento do Porto Seco, nos

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

termos do inciso I do item 3.2.2 deste edital, limitada a 10% (dez por cento) do investimento total apresentado no Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento;

b) de dois por cento (2%) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos I, II, III, e IV, do item 11.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;

c) de cinco por cento (5%) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos VIII, XIV, XXVIII, e XXXVI, do item 11.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;

d) de 10% (dez por cento) do investimento total apresentado no Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento, por desistência de assumir a permissão, após assinatura do contrato, durante o prazo estipulado no inciso I do item 3.2.2 deste edital, excluídas as hipóteses previstas na Instrução Normativa SRF nº 109, de 8 de dezembro de 2000.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a RFB, aplicada à licitante ou à Permissionária, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com a gravidade do ato cometido.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados, inclusive fraude na execução do contrato, e condenação definitiva em razão da prática de condutas tipificadas nos arts. 89 a 98 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2 A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato dentro do prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do investimento total apresentado no Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

13.3 Se o valor da multa não for pago, será automaticamente descontado do valor da garantia prevista no item 12.1 deste edital. Em caso de insuficiência da garantia o valor devido será cobrado administrativamente, podendo, ainda, caso não for pago, ser inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

13.4 As sanções previstas nos incisos I e III, do item 13.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da Permissionária, no respectivo processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis.

13.5 No processo administrativo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

13.6 As sanções previstas no item 13.1 deste edital serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, instaurado e instruído na unidade da RFB de jurisdição do Porto Seco, acompanhado de termo circunstanciado de constatação da hipótese de infração aos termos e obrigações contratuais, juntamente com documentos comprobatórios, com a devida proposição pelo fiscal do contrato à SRRF01, de aplicação da sanção pertinente ao caso, com o conhecimento do titular da unidade.

13.6.1 Na aplicação das sanções constantes dos incisos I, II, e III do item 13.1 deste edital, a SRRF01, após a análise do processo administrativo:

a) verificando a procedência da sanção proposta, ou outra cabível, retorna-se o processo à unidade de origem para ciência e defesa prévia da Permissionária, no prazo de cinco dias úteis da ciência;

b) apresentada a defesa prévia pela Permissionária, o processo será encaminhado à SRRF01 para julgamento;

c) da decisão que aplicar a sanção cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis da ciência da Permissionária, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 109 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993;

d) verificando o não cabimento de sanção, retorna-se o processo à unidade de origem para ciência e arquivamento.

13.6.2 A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.1 é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Fazenda, facultada a defesa do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação.

13.6.2.1 Na aplicação da sanção constante do inciso IV do item 13.1 deste edital, a SRRF01:

a) verificando a procedência da sanção proposta, encaminhará os autos, devidamente instruídos, ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, por intermédio do Gabinete da RFB, para análise e, se for o caso, concessão do prazo de defesa, constante do item 13.6.2 deste edital;

b) da decisão que aplicar a sanção cabe pedido de reconsideração ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato à Permissionária, nos termos do que dispõe o inciso III do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13.7 Na aplicação das sanções constantes dos incisos I e II, alíneas “b” e “c”, do item 13.1 acima, será considerada reincidente a Permissionária que, dentro do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da sanção, cometer nova infração pela mesma conduta já sancionada.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

13.8 As multas deste item deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, no Estado de Goiás, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchido de acordo com as instruções fornecidas pela Permitente.

14. DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

14.1 Extingue-se a permissão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação;

VI - falência ou extinção da empresa permissionária.

VII – revogação unilateral, nos termos do art. 40 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

14.2 No caso previsto no inciso II do item 14.1, o poder permitente, antecipando-se à extinção da permissão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à Permissionária, na forma do item 14.3 deste edital.

14.3 Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder permitente durante o prazo da permissão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica, e após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados (custos envolvidos no capital investido) ou depreciados que tenham sido realizados, com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços permitidos.

14.4 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder permitente, a declaração de caducidade da permissão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste item, do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e as cláusulas contratuais.

14.4.1 A caducidade da permissão poderá ser declarada pelo poder permitente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II - a Permissionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à permissão;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
Processo: 10166.724479/2017-91

III - a Permissionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a Permissionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço permitido;

V - a Permissionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a Permissionária não atender à intimação do poder permitente no sentido de regularizar a prestação do serviço;

VII - a Permissionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

VIII - O atraso no recolhimento ao FUNDAF quando superior a trinta dias ensejará a caducidade da permissão.

IX – ocorrer a transferência da permissão ou do controle acionário de que trata o inciso XXXVII do item 11.1 sem a anuência prévia da RFB.

14.4.2 A declaração da caducidade da permissão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da permissionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

14.4.3 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à Permissionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no item 14.4.1 deste edital, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais. Todavia, o processo administrativo será instaurado diretamente, no caso de infração não passível de suprimento.

14.4.4 Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder permitente, independentemente de indenização.

14.4.4.1 O processamento da declaração de inadimplência seguirá, no que couber, o rito definido no item 13.6 deste edital.

14.4.5 Declarada a caducidade, não resultará para o poder permitente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Permissionária.

14.4.6 A transferência da permissão ou do controle societário da permissionária sem prévia anuência do poder permitente implicará a caducidade da permissão (art. 27 da Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995).

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

14.4.7 Não sanadas, dentro do prazo concedido, as pendências apontadas pela Comissão de Vistoria, na fase de alfandegamento do Porto Seco de que trata o inciso II do item 10 e o item 10.2 deste edital, operar-se-á a caducidade da permissão.

14.5 O contrato de permissão poderá ser rescindido por iniciativa da Permissionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder permitente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

14.5.1 Na hipótese prevista no item 14.5, os serviços prestados pela Permissionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

14.6 Nas hipóteses de extinção da permissão, assegurado o contraditório e a ampla defesa, o rito processual seguirá as disposições da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e subsidiariamente as da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15. DOS RECURSOS

15.1 Sem prejuízo do disposto na legislação aduaneira, dos atos da Permitente, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, especialmente o que dispõe o seu art. 18-A, o qual prevê a possibilidade da inversão das fases da licitação, e subsidiariamente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, caberá:

I - recurso, no prazo de cinco dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata nos casos de:

- a) classificação ou desclassificação da proposta da licitante;
- b) habilitação ou inhabilitação da licitante mais bem classificada e julgamento final da licitação;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de

1993;

- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

II - representação, no prazo de cinco dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração de decisão do Ministro da Fazenda, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.

15.2 O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste item terá efeito suspensivo e será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de cinco dias úteis.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

15.2.1 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de cinco dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade

15.3 A intimação dos atos referidos nas alíneas "a", "b", "c", e "e", do inciso I deste item, excluindo-se as penas de advertência e multa, e no inciso III será feita mediante publicação no Diário Oficial da União, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste item, se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feito por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

15.4 Caberá recurso também, no prazo de 5 dias úteis, a contar da intimação do ato de declaração da inadimplência da Permissionária em processo administrativo, na hipótese da extinção do contrato por caducidade nos termos do que dispõe o art. 38 da Lei nº 8987, de 1995, de acordo com o item 14.4 deste edital.

15.5 Nenhum prazo de recurso, representação, ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada à permissionária, nos termos do que dispõe o § 5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

16.1 Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber da permitente e da permissionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder permitente;

IV - levar ao conhecimento do Poder Público e da permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela permissionária na prestação do serviço;

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

17. DOS BENS REVERSÍVEIS

17.1 Finda a permissão, não haverá reversão de bens.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
Processo: 10166.724479/2017-91

18. DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

18.1. Qualquer cidadão poderá impugnar, por alegada irregularidade, os termos do presente Edital, protocolizando o respectivo requerimento até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes contendo a documentação necessária à classificação e habilitação das empresas interessadas nesta licitação, no endereço indicado no item 19.8 deste Edital, cabendo ao Presidente da Comissão, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º, art. 113 da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

18.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital, as falhas ou irregularidades que o viciariam, perante a Administração, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

18.4. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, serão sanados os defeitos e designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Comissão, até 10 (dez) dias úteis anteriores, à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico licitacao.dipol01@rfb.gov.br, ou para o endereço indicado no item 19.8 deste Edital, os quais serão respondidos, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos, após a sua apresentação.

19.2 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

19.3 O Superintendente da SRRF01 poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes direito à indenização.

19.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017

Processo: 10166.724479/2017-91

19.5 Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.6 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

19.7 Na hipótese de não haver expediente no dia previsto para a abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

19.8 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão Especial de Licitação, na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª RF, no Setor de Autarquias Sul – SAS, Quadro 03, bloco “O” - Ed. Órgãos Regionais, Sala 614, 6º andar, Asa Sul, Brasília/DF, até dez dias anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados.

19.9 As impugnações referidas nos itens 18.1 e 18.2, e os recursos mencionados no item 15 deste edital, eventualmente interpostos, serão dirigidos à Comissão Especial de Licitação, e protocolizados no endereço referido no subitem posterior.

19.10 Cópias do edital e anexos serão fornecidas, gratuitamente, mediante recibo, nos horários de 9h às 12h e das 14h às 17h, no seguinte endereço: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª RF – SAS, Quadro 03, bloco “O” - Ed. Órgãos Regionais, Sala 614, 6º andar, Asa Sul, Brasília/DF.

19.10.1 O edital e seus anexos estarão disponíveis, também, para consulta, no *site* www.receita.fazenda.gov.br

19.11 Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe da Divisão de Programação e Logística da SRRF01.

19.12 Fazem parte integrante deste edital:

ANEXO I - Minuta de contrato de Permissão.

ANEXO II - Método de avaliação da qualidade dos serviços prestados em Porto Seco.

ANEXO III – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e do Trabalho do Menor

ANEXO IV - Características Mínimas do Sistema de Segurança Eletrônica

ANEXO V – Demonstrativo individual de tarifas

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017**

Processo: 10166.724479/2017-91

ANEXO VI - Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento

ANEXO VII – Tabela de preços de Serviços Conexos ou Complementares e Estimativa Anual das Receitas Acessórias.

ANEXO VIII – Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

ANEXO IX – Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica.

------(local), -----(data)

Presidente da Comissão Especial de Licitação da Superintendência Regional da Receita Federal na 1ª Região Fiscal – Portaria SRRF01 nº 241, de 17 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 19 de julho de 2017



Receita Federal

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:
HUGO RODRIGUES LIMA em 31/01/2018.

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Dúvida? Acesse

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/qrcode.xhtml>

Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o número abaixo ou leia o código de barras a seguir:



AP31.0118.13181.0375

Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:

AERxgGdex3zcP1y82favCrLveVIRzqBC7QAhB91Fzfk=